

AS LUTAS DO MST E DOS CAMPONESES PELA POSSE DA TERRA NOS ASSENTAMENTOS PADRE JOSIMO I E II NO ESTADO DO TOCANTINS

THE STRUGGLES OF THE MST AND THE PEASONS FOR THE LANDING OF THE LAND IN THE SETTLEMENTS FATHER JOSIMO I AND II IN THE STATE OF TOCANTINS

Dalva Marçal Mesquita SOARES

<dalva.dmms@gmail.com>

Doutora em Geografia

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Brasil

Professora da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (SEDUC), Palmas, Tocantins, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/1316856347414155>

Celene Cunha Monteiro Antunes BARREIRA

<celenemonteiro05@gmail.com>

Doutora em Geografia

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil

Professora na Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/1038300875963340>

Vandervilson Alves CARNEIRO

<profvandervilson@gmail.com>

Doutor em Geografia

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Brasil

Professor na Universidade Estadual de Goiás (UEG), Anápolis, Goiás, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/8829096814127142>

RESUMO

O presente trabalho objetiva apresentar uma análise da estrutura fundiária apresentada no Brasil, tendo em vista que a propriedade da terra tornou-se uma luta constante dos camponeses, mediante as políticas utilizadas pelos latifundiários e pelos políticos para não se realizar a reforma agrária. Mediante esta análise, apresenta-se a lutas do MST e dos camponeses pela posse da terra no Estado do Tocantins e a agonia dos camponeses acampados, que durante vários anos lutam pela posse da terra, no Estado do Tocantins. Este estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa de campo. Utilizaram-se como instrumentos de pesquisa entrevistas semiabertos e pesquisas bibliográficas. Procurou-se responder à seguinte pergunta: quais são os principais problemas e lutas enfrentadas pelos camponeses nos acampamentos para aquisição do título de posse da terra no Assentamento Padre Josimo I e II?

PALAVRAS-CHAVE: Estrutura fundiária; MST; Assentamentos Padre Josimo I e II.

ABSTRACT

This paper aims to present an analysis of the land structure presented in Brazil, considering that land ownership has become a constant struggle of the peasants, through the policies used by the landowners and politicians to not carry out agrarian reform. Through this analysis, it is presented the struggles of the MST and the peasants for the possession of the land in the State of Tocantins and the agony of the encamped peasants, whom for several years fight for the possession of the land, in the State of Tocantins. This study was developed from a field research. Semi-open interviews and bibliographic searches were used as research instruments. An attempt was made to answer the following question: what are the main problems and struggles faced by peasants in the camps to acquire title to land in the Settlement Padre Josimo I and II?

KEYWORDS: Land structure; MST; Padre Josimo I and II settlements.

INTRODUÇÃO

Hoje, a terra no Brasil passou a ser utilizada pelos grandes latifundiários para diferentes fins, principalmente para provimento de mais capital para ser aplicado em outros negócios e acumular riquezas. Nesta perspectiva capitalista a terra passou a ter um “caráter rentista”, logicamente com fins especulativos.

Nessa perspectiva, o novo cenário agrário brasileiro tornou-se uma “irracionalidade” diante das artimanhas utilizadas pelos latifundiários e políticos para não se efetivar a reforma agrária.

Desta forma, a partir desta análise, procurou-se apresentar o “outro lado da moeda” em que o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e outros movimentos sociais se tornaram articulados e organizados no Estado do Tocantins para pressionar o governo a efetivar a reforma agrária e beneficiar àquele que não tem acesso a terra e, dela, queira fazer uso, assim como, as lutas e o sofrimento dos camponeses durante quatro anos de acampados, até a conquista do título de posse da terra no Assentamento Padre Josimo I e II.

Para realização deste artigo, fora desenvolvido um trabalho de campo nos Assentamentos Padre Josimo I e II, nos quais foram realizadas entrevistas¹ semiabertas, com indivíduos dos dois assentamentos e com a Líder da Comunidade do Assentamento Padre Josimo I², cujo objetivo pautou-se em investigar todo o processo e percalços enfrentados pelos camponeses, desde acampamento as margens da BR 153 até o recebimento dos títulos de posse da terra.

Também, tendo em vista a necessidade de investigar outras questões, que ficaram obscuras durante as entrevistas realizadas em campo e, averiguar como ocorreram as lutas dos camponeses pela posse da terra no Estado do Tocantins fora realizadas duas entrevistas, com o

¹ As entrevistas foram realizadas no dia 29 de junho de 2011, com um grupo de quarenta indivíduos que foram contemplados com a posse de terra nos Assentamentos Padre Josimo I e II. Foram, contempladas questões semiabertas, as quais foram coordenadas pelo Professor Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, da disciplina Agricultura, Capitalismo, Revoluções e Reformas Agrárias do curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Tocantins.

² Sra. Elidivânia Carneiro (Morena), líder da comunidade do Assentamento Padre Josimo I, também, foi entrevistada no dia 29 de junho de 2011 tanto pelo Professor Ariovaldo Umbelino, como por mim. Além das Entrevistas semiaberta, Morena fez questão que os alunos e o Professor conhecesse os maiores lotes, para verificarem os cultivos ali desenvolvidos.

Senhor Messias Martins Barbosa³, que além de ocupar a função de Coordenador do MST no Tocantins também, atuava como Líder da Educação dos sem Terras no Estado.

Além, de outros referencias bibliográficas nacionais que discutem as lutas do MST no Brasil como: Fernandes (1993), Martins (1981, 1984, e 2004) e Oliveira (1997, 2001, 2002 e 2007), ainda, valeu-se de pesquisas realizadas por Barbosa (2009) para fundamentar e complementar as informações relacionadas a atuação do MST no Tocantins e às lutas dos camponeses desde 2005, quando acamparam a margem da BR 153, até 2007 quando receberam o título de posse da terra dos Assentamentos Padre Josimo I e II.

É importante registrar que nos assentamentos Padre Josimo I haviam 104 famílias cadastradas e no II, 59, sendo que, ao todo foram beneficiadas 163 famílias. Também, que geograficamente os assentamentos, situa-se entre as coordenadas 48º 58' 37" de Longitude Leste; 49º 05'33" de Longitude Oeste; 10º 36' 33" de Latitude Norte; 10º 44' 27" de Latitude Sul, mais especificamente, entre os municípios de Nova Rosalândia e Cristalândia no Estado do Tocantins.

Nesse sentido, propõe-se responder as seguintes perguntas: como ocorreram as lutas do MST no Brasil? Como se encontra a atuação do MST no Estado do Tocantins? E, quais são os principais problemas e lutas enfrentadas pelos camponeses nos acampamentos para aquisição do título de posse da terra no Assentamento Padre Josimo I e II?

A ESTRUTURA FUNDIÁRIA ADOTADA NO BRASIL

Ao analisar a história do Brasil Colônia, desde o período das Capitânicas Hereditárias, quando o Rei de Portugal D. João III resolveu dividir a terra brasileira em grandes porções e doá-las aos nobres e pessoas de sua confiança, com direitos de serem herdadas pelos seus dependentes, verifica-se que a estrutura fundiária do Brasil, de grande concentração de terras, é um sistema que faz parte de um legado, o qual vem sendo mantido até os dias atuais.

Assim, as iniciativas herdadas das Capitânicas Hereditárias, Ligas Camponesas, Estatuto da Terra, Revolução Verde, Comissão Pastoral da Terra, Constituição Federal de 1988, associadas a

³ Senhor Messias Martins Barbosa³, fora realizadas entrevistas semiabertas nos dia 05 e 06 de julho de 2011, das 14 as 17 horas, na sala 8 do Curso de Mestrado em Geografia no Campus de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins.

outros movimentos e iniciativas posteriores, fizeram com que a população brasileira vivesse na expectativa de que o governo brasileiro efetivasse a reforma agrária de forma equitativa e igualitária, capaz de corrigir os problemas com relação à má distribuição da terra.

Segundo Oliveira (2001, p. 468), para analisar as grandes transformações ocorridas na estrutura fundiária brasileira, deve-se levar em consideração também a inserção do capital no campo, a partir do desenvolvimento da agricultura, visto que essa prática permitiu “[...] aos proprietários de terras e aos capitalistas/prorietários de terra a possibilidade histórica da apropriação da renda capitalista da terra, provocando uma intensificação na concentração da estrutura fundiária brasileira”.

Dessa forma, verifica-se que o desenvolvimento capitalista, logicamente com auxílio do Governo, possibilitou aos grandes proprietários de terra maior acumulação e reprodução do capital monopolista. Assim, a terra passa ser utilizada pelos latifundiários para diferentes fins, objetivando o provimento de mais capital, o emprego em outros negócios e, conseqüentemente, o acúmulo de maior riqueza. Nessa perspectiva capitalista, a terra passa a ter um “caráter rentista”⁴, com propósito especulativo.

Partindo desse princípio, pode-se afirmar que a questão agrária do Brasil está vinculada ao seu passado histórico, assim como ao novo modelo capitalista imposto na agricultura, na década de 1950. Assim, a estrutura do novo cenário agrário brasileiro passa apresentar uma nova configuração em relação às formas de ocupação, logicamente que comandada pela exploração das forças hegemônicas.

Segundo Oliveira (1997, s/p), para discutir a reforma Agrária no Brasil, “é preciso saber que um quinto do Brasil não pertence a quem cercou, trata-se, pois, de terras públicas devolutas que devem ser destinadas [...] à reforma agrária e à preservação ambiental”.

Quanto à distribuição de terras, o Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), (2009, s/p) revelou que “as propriedades com até dez hectares

⁴ Descrição de Ariovaldo Umbelino de Oliveira feita em entrevista sobre as terras improdutivas no Brasil e a reforma agrária, em 18/5/2007.

ocupam 2,7% das terras destinadas à agropecuária, enquanto as fazendas com mais de mil hectares ficam com 43% da área total”.

Também, segundo IBGE, (2009) o “número total de estabelecimentos, cerca de 47% tinham menos de 10 hectares, enquanto aqueles com mais de 1.000 hectares representavam em torno de 1% do total”

Ao avaliar os números, verifica-se que existe um grande percentual de terras devolutas, assim como de fazendas destinadas à agropecuária com mais 1.000 hectares consideradas como latifúndios, passíveis de serem colocadas à disposição para a reforma agrária.

A partir desse resgate histórico e de uma avaliação do processo atual, identifica-se que existe um grande número de latifundiários e, conseqüentemente, um enriquecimento dessa classe, que passa concentrar grande riqueza e a impor ao governo suas políticas de favoritismo. Dessa forma, age a partir de contrapartidas em períodos de campanha, para simplesmente pressionar o governo a não proceder à reforma agrária e continuar com seus benefícios. Também, nesse jogo de favorecimentos, o governo acaba cedendo para não perder sua hegemonia política.

Nessa perspectiva de interesses e barganhas, remetemos aos fatos relatados por Martins (1984 apud Oliveira 2002, p. 19), sobre a luta de Trombas e Formoso em relação aos conflitos e expulsões no campo brasileiro:

[...] os conflitos já eram muitos quando chegaram à região, em 1954, quatro militantes enviados pelo Partido Comunista do Brasil, que passaram a viver e trabalhar na área. A partir de então, os camponeses se organizaram em Conselhos de Córregos, desenvolveram o trabalho coletivo do mutirão nos momentos de tensão mais aguda, para permitir que grupos de camponeses armados montassem guarda contra ataques de jagunços e da polícia, e fundaram a Associação dos Lavradores de Formoso e Trombas, encarregada de representá-los e organizá-los, para obtenção da propriedade da terra. Quando em 1957 o governo estadual mandou para região forte contingente para combatê-los, o Partido Comunista propôs um acordo: apoiariam as pretensões do Governador Pedro Ludovico de estender o seu mandato e a candidatura de seu filho, Mauro Borges à sucessão governamental. Em troca, o governo retiraria as tropas da região, o que foi feito.

A partir dessa descrição, verificamos que as barganhas entre políticos e governo para não efetivarem a reforma são manobras antigas, e que até então fazem parte do cenário político brasileiro.

Outro fato, também registrado por Martins (1984 apud Oliveira 2002, p. 21), sobre violências e lutas pela terra no Estado do Paraná, que demonstra as relações de troca e as falcatruas dos governantes do Estado e latifundiários contra os camponeses e posseiros das regiões de Pato Branco, Francisco Beltrão e Capanema é o seguinte:

[...] toda a sorte de violências foi cometida contra os camponeses da região, arrancados violentamente das terras, que estavam sendo vendidas por companhias colonizadoras, ligadas ao governador, a outras pessoas. Com frequência essas terras eram negociadas e tituladas em favor de amigos e parentes do próprio governador, que imediatamente hipotecavam os títulos no Banco do Estado, obtendo grossos capitais em cima de terras que não lhes pertenciam de fato.

Nesse trecho, identificamos que, além da grande violência praticada pelo Governo do Estado contra os camponeses da região, as terras estavam sendo comercializadas de forma ilegal, uma vez que não lhes pertenciam. Também, deixa claro o favorecimento pessoal e, acima de tudo, a terra tida como uma mercadoria ilícita para obtenção de grandes somas de capital, que possivelmente seria utilizada em outras negociatas.

Diante desse contexto, a apropriação da terra no Brasil, com fins especulativos, tornou-se uma política bastante rentável, não sendo, portanto, conveniente e interessante para os políticos e muito menos para os latifundiários apoiarem a reforma agrária.

Nesse jogo de benefícios, só quem perde é a classe trabalhadora que acaba pagando mais caro pelos alimentos e pelos produtos que consome. Por outro lado os grandes latifundiários não estão preocupados com a produção, mas simplesmente com a concentração de terras, a rentabilidade delas e, conseqüentemente, a permanência de seus privilégios.

A partir dessa conjuntura, permitida pelo capitalismo, conjugamos com a opinião de Martins, (1981, p. 169) quando descreve que significa "um processo que envolve trocas, mediações, contradições, articulações, conflitos, movimento, transformação".

Isso significa, diante das argumentações anteriores, que prevalece a autoridade político-econômica no país. Logicamente, também é justificada a falta de vontade dos políticos em discutir e efetivar a reforma agrária, pois vai contra seus próprios interesses, assim como dos grandes latifundiários que, na maioria, são defensores da terra como patrimônio garantido, uma forma de assegurar uma poupança, ou ainda como garantia de empréstimos, juntamente aos bancos para ser

aplicado em outros investimentos, como na política, em bolsas de valores ou ainda para adquirir mais terras e imóveis no perímetro urbano.

Nesta mesma perspectiva, Oliveira (2007, p. 64) ressalta que:

A terra, particularmente no Brasil, adquiriu o caráter de *reserva de valor*, *reserva patrimonial*, ou seja, a terra é apropriada principalmente com fins especulativos e não para produzir. Ou seja, os capitalistas, em decorrência da inflação quase permanente que durante muito tempo existiu na economia brasileira, veem na terra um "investimento seguro", que não se "desvaloriza". [...] Dessa forma, pode-se observar que o preço da terra, decorrente da apropriação privada da terra, ou seja, da propriedade privada da terra, tem um caráter irracional no processo capitalista de produção, pois, como se viu anteriormente, a terra mesmo sem produzir "valoriza-se". Este é um dos muitos aspectos dessa irracionalidade.

Acrescenta Oliveira (2011)⁵ que “a propriedade privada da terra é uma irracionalidade e isso só acontece no Brasil. Destaca, ainda, que “a terra no Brasil é vista como mercadoria que, mesmo sem produzir enriquece o proprietário”. Isso se justifica diante da ideologia adotada por latifundiários e políticos ao manterem a terra como produto comercializável e rentável que mesmo sem plantá-la ou fazê-la produzir gera grandes divisas e enriquece o proprietário.

Portanto, o processo capitalista especulativo de não produzir “alimentos” e sim gerar “reserva de valor e reserva patrimonial” possivelmente permanecerá, pois a promoção do “poder” social, econômico e político faz parte de suas metas e essencialmente desse jogo.

Para reversão desse quadro, é necessário que a população tome conhecimento desses fatos que acontecem no cenário brasileiro e apoie os sem-terra em suas lutas, manifestando-se publicamente contra a “irracionalidade” que o sistema fundiário apresenta.

Diante dessa realidade, o processo culminou em um modelo insustentável imposto por meio do poder e da violência gerados pela falta de vontade e interesse de implantar e programar políticas de reforma agrária no Brasil.

Na concepção de Martins (2004, p. 88), a questão agrária deve ser entendida sob o ponto de vista histórico em que:

⁵ Descrição feita pelo Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira em sala de aula no dia 29/6/2011, no curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – UFT.

O ponto essencial e problemático raramente considerado, mesmo por quem é sério e competente, é o de que a questão agrária tem sua própria temporalidade, que não é o “tempo” de um governo. Ela não é uma questão monolítica e invariante: em diferentes sociedades e na nossa também, surge em circunstâncias históricas determinadas e passa a integrar o elenco de contradições, dilemas e tensões que mediatizam a dinâmica social e, nela, a dinâmica política.

Para Martins, as questões não podem ser avaliadas sob o ponto de vista de um governo e sim como um problema estrutural vivido por diferentes sociedades até os dias atuais. Essas questões precisam ser avaliadas como realmente se apresentam, considerando as passagens históricas cheias de contradições, dilemas e tensões que permeiam a dinâmica social e, conseqüentemente, a dinâmica política.

Isso está evidente nos diversos governos, pois promessas de políticos, durante as campanhas eleitorais, para a reforma agrária foram muitas. Entretanto, à medida que assumem o poder, são “impedidos” em virtude das negociações e barganhas em troca de favores pela propriedade privada da terra. Essa ação tornou-se um hábito constante no cenário político nacional e nada se tem feito para impedi-la, ou mesmo porque a memória do povo brasileiro é muito curta. Além dos benefícios de “bolsas”, doadas pelo Governo à grande massa da população brasileira, que fazem com que na hora do voto continuem mantendo-os no poder.

Nesse contexto, identifica-se que a estrutura fundiária do Brasil sempre esteve ligada aos processos da ocupação da terra e à resistência dos grandes latifundiários, bem como às trapaças contra a sua desapropriação. A concentração fundiária brasileira é considerada a maior do mundo⁶ divergindo, portanto, dos demais países. Assim, podemos dizer que a questão agrária no Brasil sempre esteve correlacionada à propriedade de terra e aos usufrutos do poder político.

Na visão de Fernandes (1993, p. 1), “é impossível dissociar as ocupações das terras da intensificação da concentração fundiária”, pois se desenvolveram juntas e constituíram-se numa questão agrária e, conseqüentemente, “como dos maiores problemas políticos do Brasil”, o qual a “reforma agrária como política pública resolveria o problema fundiário”. Já na fala de Oliveira (2002, p. 54), fica claro que “a posição do Estado tem sido a desarticulação desses movimentos. Quer pela

⁶ A reforma agrária no mundo se diverge de país para país, uma vez que, depende muito do programa de governo e das circunstâncias históricas e das condições geográficas e edafoclimáticas de cada país, para realizá-las (STEDILE, 2011). De forma que as políticas de reforma agrária não são as mesmas nos Estados Unidos, na Ucrânia, Brasil e México

ação repressiva, quer pela sumária ignorância dos acontecimentos, o Estado tem atuado de modo a tentar conter seus avanços”.

A partir da argumentação de Oliveira e da conjuntura da Reforma Agrária, ora discutida neste texto, fica evidente que o Estado brasileiro, por meio de seus órgãos representativos, não é a favor da reforma. Isso ocorre porque o modelo da estrutura agrária lhes é favorável. Portanto, não se faz necessário, muito menos é viável apresentar alternativas que proporcione uma política efetiva de reforma agrária.

Nesse sentido, considera-se imprescindível criar uma organização política que fortaleça realmente a luta pela reforma agrária, que assegure a participação de massas camponesas, trabalhadores e operários para as lutas ativas. Essa seria uma estratégia política viável para unir e engajar as massas que realmente querem lutar pela reforma agrária de fato.

Diante do contexto ora apresentado, das divergências existentes entre as diversas classes sociais, da miséria no campo e na cidade, do número crescente de favelados, da falta de alimentos e empregos, a solução para o ponto de estrangulamento seria realmente a luta pela reforma agrária, pois, só a partir dela e de uma nova política para a estrutura fundiária, serão resolvidos os desmandos políticos, econômicos e sociais e, especialmente, os conflitos pela terra.

DO OUTRO LADO DA MOEDA: AS LUTAS DO MST

Diante da realidade apresentada anteriormente, constata-se que, no Brasil, as práticas de luta, em especial as travadas pelo MST, fazem-se necessárias mediante a falta de empenho dos governos para programar e implantar políticas públicas de reforma agrária, principalmente nas terras devolutas, improdutivas e nas utilizadas para barganhas e/ou enriquecimento pessoal.

Verifica-se que, no Brasil, não se implantam assentamentos sem pressões e sem uma bandeira de luta, tal como a do Movimento dos Sem-Terra. No caso do assentamento Padre Josimo I e II, o MST esteve à frente na organização das famílias desde o acampamento às margens da BR-153.

Assim, discutiremos um pouco sobre o MST para entendermos melhor como se caracterizou o prélio dos camponeses desse assentamento e a concretização da posse da terra pelos trabalhadores, que ansiosamente aguardavam a entrada definitiva em seu pedaço de chão.

Segundo Santos (2003, p. 39), “para entendermos a história e a origem do MST, precisamos compreender que as lutas e as reivindicações travadas por esse movimento foram experiências construídas cotidianamente pelos trabalhadores rurais e que vão marcar e fortalecer profundamente esses grupos”.

Santos (2003, p. 39) ressalta que:

A ocupação precisa ser entendida como um processo político e como uma forma de luta pela terra, luta popular de resistência dos trabalhadores do campo em defesa de seus interesses. Essa resistência se fará até o momento da desapropriação do latifúndio, do assentamento das famílias e da produção [...] a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a experiência e a resistência, a concepção de terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração fazem parte da concepção de vida e de mundo que estão sendo construídas pelos militantes do Movimento.

Nesse sentido, a ocupação deve ser entendida como ações sociais e políticas necessárias, pois, na maioria das vezes, os sem-terra são desafiados pelo próprio Estado, o qual tem se posicionado como representante dos interesses da burguesia agrária e não do trabalhador do campo. Pela ação descompromissada do Governo, verifica-se que a pressão dos trabalhadores sem-terra para o assentamento de suas famílias é legítima, pois só a partir dela que o Estado se propõe a apresentar algumas ações políticas que possibilitem o retorno do camponês à terra e a melhoria de sua condição de vida.

Portanto, verifica-se que a audácia unida ao ato de bravura e a resistência dos sem-terra, assim como a perspicácia no ato da ocupação, enquanto acampados e durante o processo de assentamento, se fazem necessários. Essa resistência fortalece a luta e garante não só a conquista da terra, mas, sobretudo, a sua sobrevivência, pois dificilmente serão atendidos nas suas reivindicações se não pela pressão constante junto ao governo durante todas as etapas do processo de assentamento.

Logicamente, o capitalismo nacional também não conseguiria mais assegurar suas contradições impostas no campo. De um lado, estão às relações de expropriação e do outro a

exploração da força de trabalho do camponês, ou seja, do lado capitalista estão os exploradores, detentores dos recursos, e de outro lado, os camponeses explorados.

Dessa forma, pode-se afirmar que o MST, no Brasil, surge após a abertura política, das lutas reais pela conquista da terra que os trabalhadores rurais desenvolveram e da exploração e da expropriação da força dos trabalhadores rurais no campo.

A formação e o desenvolvimento do MST são caracterizados por diversas fases: a primeira fase, denominada de concepção, aconteceu no período de 1979 a 1985, nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul; a segunda, denominada de solidificação do MST, no período de 1985 a 1990, com as lutas na região Sudeste, Nordeste chegando-se a Rondônia, região amazônica, e Estado de Goiás; e a terceira, denominada de institucionalização do MST, começou no início da década de 1990, na região amazônica, nos Estados do Pará, Tocantins e em Mato Grosso.

Portanto, a partir da década de 1990, o MST se caracterizou como o maior movimento social no Brasil, diante da falta de abertura durante a ditadura militar. Com a redemocratização do país, a discussão do tipo de Estado que seria formado, com a nova carta republicana e com o apoio da sociedade brasileira, que temerosa com a violência urbana e na expectativa de que a fixação do homem no campo viria a diminuir a pobreza na cidade, a reforma agrária passa a fazer parte dos interesses gerais e do próprio governo.

Nessa perspectiva, os Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra foram, de fato, efetivados como movimentos sociais, os quais se proliferaram pelo Brasil afora, a partir da ocupação de centenas de terras, em forma de acampamentos, tendo como principal bandeira de luta a reforma agrária, por meio da obtenção da posse da terra.

A estrutura organizacional do MST consolidou-se enquanto movimento social a partir da reestruturação das antigas formas de atuação em novas formas, bem como na solidificação de suas ações e na amplitude dos trabalhos, que passaram a atender às dimensões sociais, econômicas, políticas e ambientais.

Assim, no sentido desenvolver suas ações, no âmbito das diversas dimensões, o MST desenvolveu uma estrutura organizacional, com vistas a fortalecer sua organização e ampliar seus desafios na luta contra os grandes latifúndios capitalistas.

É necessário destacar que, além da posse da terra, as lutas do MST foram se ampliando, a partir de reivindicações ao Governo da elaboração de políticas públicas no sentido de assegurarem aos camponeses a viabilidade de sua permanência e sobrevivência na terra.

É nesse ato de bravura vivido pelos camponeses, aliado à abertura política pós-regime militar, aos interesses pela conquista da terra e à busca por uma sociedade mais justa e igualitária que se fundamentam os princípios da luta do MST.

A ATUAÇÃO DO MST NO TOCANTINS

Para descrição da atuação do MST no Tocantins foram realizadas entrevistas⁷, pesquisas bibliográficas produzidas por Barbosa (2009)⁸, dentre outros autores que trabalham com a temática.

Antes de entrar no mérito das discussões sobre a atuação do MST no Tocantins, vale ressaltar que, após vários anos de luta pela reforma agrária no Brasil, o Movimento dos Sem- Terra, que até então já estava organizado nos Estados vizinhos do Pará, Maranhão e Goiás, chega definitivamente, em 1997, ao Estado do Tocantins.

Segundo descrição de Barbosa (2011), o MST, nos últimos tempos, não estava desenvolvendo suas atividades, mas atualmente está retomando a luta pela terra, cuja perspectiva está voltada para a posse de uma fazenda, passível de ser legalizada. Explica, também, que a ampliação do número de propriedades de grandes latifúndios fez com que os movimentos se mobilizassem, unissem e lutassem contra essa contradição. Assim os movimentos pela terra, no Estado do Tocantins, se tornaram articulados e organizados para luta e enfrentamentos, sejam pelas vias legais ou por meio de invasões. É importante registrar que as invasões, são ilegítimas na perspectiva do direito do Estado e não dos necessitados.

⁷ As entrevistas foram previamente agendadas pela Autora com Messias Martins Barbosa, Coordenador do MST no Tocantins e também Líder da Educação dos sem Terras no Estado do Tocantins. Estas foram realizadas na Universidade Federal do Tocantins – Campus Porto Nacional, na sala do Curso de Mestrado nos dias 08 e 09 de julho de 2011. Para realização das entrevistas, as questões foram pré-elaboradas, cujas falas foram catalogadas e transcritas.

⁸ Barbosa (2009) também se utilizou como fonte de pesquisa os estudos desenvolvidos por denominado: Assentamento Padre Josimo I e II: a posse definitiva da terra e novas realidades.

Segundo Barbosa (2011), em 2003, de acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra, havia 284 acampamentos instalados em todo País, destes 36 se localizavam no Estado do Tocantins, que representavam em relação a nível nacional 12,6%. Havia também 59.082 famílias vivendo na condição de acampadas. Desse número, 4.303 famílias se encontravam localizadas no Estado do Tocantins, correspondendo a 7,2% em relação ao nível nacional.

Explica Barbosa (2011), que atualmente, o MST está atuando mais na região Norte do Estado, denominado de Bico do Papagaio, devido aos seguintes fatores: por ser considerada a área de maior conflito, pelo fato de estar localizado bem distante dos órgãos representativos do Estado, no caso do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e por perceber seis dos dez assentamentos já efetivados. Inclusive é nessa região que se encontra o primeiro assentamento realizado pelo INCRA em 1998, mais especificamente, na cidade de Palmeiras do Tocantins (1º de janeiro) e o mais consolidado, pois todos os indivíduos que foram assentados ainda permanecem no campo. Enquanto na região central, a atuação do MST é menos intensiva, visto que há apenas quatro assentamentos e as lutas são mais pacíficas.

Ao analisar a presença da maioria dos acampamentos na Região Norte do Estado, Messias (2010, s/p) ressalta que outros fatores também devem ser levados em consideração como:

[...] a boa localização geográfica, área bastante povoada, a proximidade entre pequenos centros urbanos, presença de grandes latifúndios improdutivos com histórica ficha de ações ilegais (criminosas), capacidade de articulação e organização social devido ao acúmulo de experiência de lutas por parte de pessoas e de movimentos sociais; fertilidade do solo, relevo-topografia favorável à atividade agrícola e a abundância de recursos hídricos.

O movimento tem como base reconstruir sua própria identidade, enquanto liderança na luta pela terra, tendo em vista a organização de suas ações por meio de suas comissões representativas. Portanto, ressaltou que foram instituídas quinze lideranças representativas para linha de frente do movimento, entre elas, algumas estão sendo fortalecidas como no caso da:

- Liderança de base, responsável pela coordenação das atividades de base nos acampamentos e assentamentos, cuja meta principal é a de formação e emancipação do cidadão;
- Liderança da infraestrutura, pelo fato do MST não ter um modelo definido de desenvolvimento para os assentamentos, foi implantado um setor de produção, com a incumbência de buscar melhorias para os assentamentos, assim são feitas parcerias com sindicatos, empresas de

construção civil e outras instituições. Cabe também a esse setor realizar cobranças do Estado, por intermédio do INCRA, uma vez que o MST acredita que as melhorias dos assentamentos devem ser proporcionadas por esse órgão;

- Liderança da educação, Barbosa (2011) frisou sua importância na vida do indivíduo e principalmente dentro do movimento, para a formação cidadã do indivíduo, com vistas a um modelo de sociedade igualitária e democrática. Reafirmou a união do movimento com MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, no sentido de unir forças para uma melhor articulação política. Ressaltou que principais estratégias estão pautadas em parcerias com as Universidades, visando ao fortalecimento da luta pela conquista da terra. Em relação à parceria a ser oficializada com a Universidade Federal do Tocantins (UFT), o Reitor deixou a critério de cada campus. Em contato com a Direção do Campus Tocantinópolis, foi apresentado um projeto de parceria para o curso de Pedagogia, em relação à Educação do Campo. No campus de Porto Nacional, há perspectivas de articulação com o curso de Geografia e História, mas ainda não foi oficializado.

Quanto às relações com o governo federal, Barbosa (2011) foi taxativo ao afirmar que o governo de Lula perdeu sua credibilidade em relação aos planos de ação para reforma agrária, pois não conseguiu oficializá-los. Em relação às expectativas com relação ao governo de Dilma, destacou que, no primeiro momento, houve um impasse com MST, mas é necessário buscar uma convivência pacífica, logicamente com reivindicações.

Quanto à ausência da Comissão Pastoral da Terra – CPT do Movimento do Sem-Terra, descreveu que houve mudança nas características da igreja, ela deixou de ter um caráter político, portanto sua ausência não apresenta embate ao movimento.

Em relação às ações, Barbosa (2011) afirmou que o MST segue a linha delineada por Fernandes (2001), em que:

[...] inicia com um trabalho de base, quando os sem-terra do MST visitam as casas de famílias nas periferias das cidades (pequenas, média e grande – inclusive nas regiões metropolitanas) para convidar pessoas interessadas em participar na luta pela terra e pela reforma agrária. Essas pessoas reúnem-se em diferentes lugares: salões paroquiais, escolas, sedes de sindicatos ou na própria casa de uma das famílias participantes. Com esse ato, inauguram um espaço de comunicação, interação e socialização política. Neste espaço político as pessoas apresentam-se, conhecem as suas histórias, discutem suas trajetórias, pensam as possibilidades de seus destinos.

A partir dessa fase, arrebanham os camponeses que estão nas cidades, trabalham em fazendas ou em grandes latifúndios, que na maioria sonham em conquistar um pedaço de terra ou voltar às suas raízes e reconquistar sua dignidade.

Assim, para identificar as áreas passíveis de desapropriação no Estado, o MST faz uma investigação juntamente ao INCRA, no sentido de levantar e conhecer as propriedades improdutivas no Estado. De posse do mapa das áreas a serem desapropriadas, reúne os camponeses para realizar a seleção da área e analisar o local a ser acampado, sempre observando um local em que haja a presença de água. Depois monta seus acampamentos, assim, começam os movimentos, as lutas e as marchas em prol da conquista da terra.

Vale ressaltar também que muitos sujeitos só entram para os acampamentos após verificar a solidificação do movimento, caso contrário preferem não participar da luta.

Conforme Barbosa (2011), no Tocantins, as articulações em torno da luta pela terra se constituíram num momento muito oportuno visto as inquietações e os reflexos provocados pela construção de usinas hidrelétricas. Assim, surgiram as manifestações que contribuíram para articular e organizar os movimentos sociais, ONGs e Sindicatos de Trabalhadores Rurais, entre estes o MST, responsável pela instalação de diversos acampamentos no Estado.

Destaca ainda Barbosa (2011), que a dinâmica do MST no Tocantins diverge em muitos aspectos dos outros Estados, principalmente em relação ao tipo organização, ao tipo de política adotada e à abertura das negociações. No Tocantins, o MST está vivendo uma realidade bastante diferente diante das grandes mudanças ocorridas dentro do próprio movimento. Ressalta, entre elas, as ações contraditórias entre os integrantes e a mudança e a permanência do movimento como estrutura de massa.

Ao analisar a conjuntura do MST, Messias finaliza dizendo que, nos últimos tempos, o movimento teve avanços e, ao mesmo tempo, retrocessos, bem como um esfriamento em termos de organização, visto que as ações são divergentes em termos de Estados. Atualmente, considera que a educação é o alicerce para o fortalecimento do movimento, assim se tornou a meta principal e indispensável de todos os movimentos dos Estados do Brasil.

AS LUTAS DOS SEM-TERRA DO ACAMPAMENTO PADRE JOSIMO I E II

O acampamento que deu origem ao assentamento Padre Josimo I e II surgiu após várias reuniões realizadas entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e outras organizações sociais existentes no Estado, como: os Movimentos dos Atingidos por Barragens – MAB, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, a Comunidade de Saúde Desenvolvimento e Educação – CONSAÚDE⁹ e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que já se encontravam em luta no Estado, no sentido de reivindicar os direitos das diversas categorias.

Barbosa (2009) descreve que o movimento foi beneficiado por estar em período eleitoral, uma vez que favoreceu a articulação e a organização do acampamento Padre Josimo I e II. Esse momento foi considerado pelos sem-terra como de grandes avanços, visto que possibilitou o diálogo entre os representantes do movimento e do INCRA e ampliou negociações e acordos, tanto para o acampamento como para a desapropriação da fazenda.

Assim, a partir das articulações entre organizações sociais com o MAB e MST, foram convocadas famílias que viviam na região central do Estado, tanto das áreas urbanas como rurais, bem como as atingidas pelo represamento do lago da Usina Hidrelétrica Eduardo Magalhães, para a organização do acampamento.

Barbosa (2009) ressalta que, nesse período, vários camponeses já viviam peregrinando pela cidade ou pelas fazendas dos latifundiários em busca de sustento para suas famílias, que tinham o sonho de um dia voltar para o campo, conquistar um pedaço de terra e retornar às suas origens.

Sob a articulação e a organização do MST, edificaram, em 31 de julho de 2003, um acampamento à margem direita da BR-153 (Belém-Brasília), entre Oliveira de Fátima e Nova Rosalândia, e ali ficaram instalados por dois anos (2003-2005).

Descreve Morena (2011) em sua entrevista que nesse período:

passaram por vários constrangimentos e preconceitos, devido à grande resistência que a sociedade tem em relação aos movimentos sociais, principalmente dos sem-terra. Eles eram tidos como baderneiros, eram xingados e até apedrejados. Quando

⁹ COMSAÚDE - Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação é uma organização não governamental, fundada em Porto Nacional em 13 de julho de 1861, que executa programas nas áreas de saúde, educação, cultura e desenvolvimento comunitário na cidade, tendo em vista o combate as verminoses, a recuperação nutricional, a melhoria de habitação, cursos profissionalizantes, educação pré-escolar, estímulo ao artesanato e comunicação popular.

iam às compras, eram seguidos pelos comerciantes com medo de serem saqueados.

Com a desapropriação da Fazenda Jatobá¹⁰, em 19 de abril de 2005, as famílias acampadas à margem da BR-153 ergueram um novo acampamento dentro da fazenda e passaram a residir nele. Com a chegada de um grande número de camponeses para integrar a área, foi necessário dividir o grupo, para que todos tivessem acesso à água. Assim formaram-se dois acampamentos.

Morena (2011) informa que, ao subdividir o grupo do acampamento, alguns ficaram bem distantes dos demais, provocando certo desconforto entre os grupos que acabou refletindo no ato da divisão da terra, bem como na subdivisão das famílias.

Com isso, surgiu também a necessidade de indicação de nomes para os Assentamentos de Padre Josimo I e Padre Josimo II. Morena (2011) conta também que, “após várias discussões, optaram pelo nome do Padre Josimo, uma vez que era negro e lutava pelas pessoas excluídas”.

Assim, criaram uma organização representativa jurídica diferenciada, uma chamada de Firmino Prudêncio, representada por 104 famílias do acampamento Padre Josimo I e a outra denominada de Manuel Tadeu, representada por 59 famílias do acampamento Padre Josimo II.

Barbosa (2011) descreve que essa divisão aconteceu devido a divergências entre os membros dos dois acampamentos, pois os camponeses do Padre Josimo I já vinham de uma organização desde quando começou o movimento em Porto Nacional, ou seja, já estavam articulados desde período de 2002 e 2003. Enquanto que os acampados do Padre Josimo II apresentavam uma organização com características tradicionais, em que o presidente definia as ações por todos.

Com a entrada das famílias para a fazenda desapropriada, o INCRA instituiu um prazo de mais dois anos para analisar e selecionar quem de fato e direito continuaria na terra. Segundo o INCRA, muitas dessas famílias não tinham aptidões camponesas para trabalhar e lidar com a terra, portanto não tinham direito a ela.

¹⁰ De acordo com registros do cartório, a Fazenda Jatobá era de propriedade do ex-governador de Goiás Ari Ribeiro Valadão. O decreto de desapropriação da fazenda é de 19 de abril de 2005, descrito no Livro D, folhas 279, 280 e 281, sob n. AV-2-M-663, AV-4-M-665 e AV-4-M-664, do Cartório de Registro de Imóveis de Rosalândia, Comarca de Cristalândia.

Conforme Barbosa (2011), durante esse período, nos acampamentos Padre Josimo I e II, os camponeses se desdobravam como podiam, uma vez que a luta era cansativa e dolorida, mas o conforto era dado pelo fato de já estarem na terra. Durante o período de dois anos, determinado pelo INCRA foi autorizado ocupações provisórias de pequenas áreas para cultivos básicos, como arroz, feijão, milho, abóbora, mandioca, melancia etc. Foram ocupadas áreas próximas aos córregos, onde o solo era mais fértil e já havia sido desmatado pelo proprietário da Fazenda Jatobá.

Morena (2011) afirma que, “nessa fase, tiveram oportunidade de viver na terra, conviver com ela, enfim ter contato e conhecê-la. Foi um momento para decidir o futuro das famílias, e se realmente as famílias se identificavam com o trabalho na terra”.

Na expectativa do desmembramento dos lotes da fazenda, bem como da realização do sorteio deles e das soluções do problema apresentado pelo INCRA, às famílias ficaram acampadas por mais dois anos (2005-2007).

Para Barbosa (2011), esse período é denominado de período de carência e divisão parcelar, “fase esta bastante desgastante, um tipo de prova de fogo desagradável”, pois INCRA, que é o órgão responsável pelas soluções dos problemas, acaba dificultando e provocando mais atritos. Assim, o sofrimento dos camponeses, que já estavam com os nervos à flor da pele, passou a ser prolongado. Diante dos problemas, aconteceram muitos desentendimentos e até conflitos entre camponeses e representantes do órgão. Inclusive essas situações são vistas, por alguns, como estratégia de quem detém o capital e do governo para desarticular o movimento e não proceder à reforma agrária.

Inicialmente, o movimento contava com aproximadamente 330 famílias acampadas, mas, devido à demora, pois já haviam se passado quase quatro anos, às dificuldades econômicas, sociais, à falta de escola, assistência médica e outras necessidades essenciais, 162 acabaram desistindo do sonho de conquistar a terra. As demais famílias e outras que foram adentrando ao movimento continuaram no acampamento, mesmo sem saber se iriam ser contempladas ou não.

Mesmo conscientes das dificuldades que ainda teriam de enfrentar, os camponeses que estavam acampados na fazenda desapropriada continuaram sua luta, participando de reuniões com o MST, marchas, mobilizações, invasões de órgãos públicos, a fim de sensibilizar a população e o Estado de suas lutas e reivindicações.

Nesse período, segundo os acampados, continuavam cultivando pequenas roças trabalhavam como diaristas, recebiam atendimento de saúde, educação e segurança das prefeituras vizinhas, e a alimentação era proveniente de doações de algumas associações e também da venda da força de trabalho dos homens em fazendas e das mulheres com serviços do lar nas cidades de Cristalândia e Nova Rosalândia.

De acordo Barbosa (2011), a manutenção e o suporte do acampamento eram feitos pelos próprios acampados, organizados a partir de agendas, por meio do sistema de revezamento semanal. Assim eles conseguiam superar as dificuldades impostas pela natureza (sol, ventos e chuva) ou advindas da sociedade (roubo, maltratos, xingamento).

Barbosa (2011) salienta que uma das maiores preocupações dos camponeses acampados estava relacionada aos riscos de acidentes envolvendo fogo, uma vez que os barracos eram construídos com materiais extremamente vulneráveis a incêndios, como: plásticos, papelões, folhas de palmeiras e madeiras. Mesmo sabendo dessa situação, permaneciam acampados, tendo em vista seus objetivos de conseguir um pedaço de terra.

Relata Barbosa (2011) que, em 2 de outubro de 2007, aconteceu um incêndio, provocado pela explosão de uma panela de pressão no acampamento Padre Josimo I, onde estavam acampadas 104 famílias. Esse incêndio destruiu 29 barracos e queimaram vários colchões, roupas, móveis, automóveis e matou diversos animais. Sorte que não houve vítimas fatais, apenas queimaduras leves.

Segundo Barbosa (2011), o atendimento à saúde dos acampados era feito pelos postos de saúde e hospitais das cidades vizinhas do acampamento. Nesse período, houve inclusive divergências entre as autoridades dos municípios de Cristalândia, Nova Rosalândia e Oliveira de Fátima sobre a responsabilidade política e social entre os municípios. Durante esse jogo de responsabilidade, quem ficou prejudicado foram os acampados, diante dos entraves burocráticos, com intuito de impedir o atendimento.

Conforme Barbosa (2011), já havia se passado mais de três anos de carência e o processo corria lentamente. Nesse ínterim, os camponeses continuavam cultivando suas roças ou trabalhavam em serviços temporários, pegando empreitas ou como diaristas nas propriedades próximas.

Barbosa (2011) assevera que outro processo também desgastante enfrentado pelos acampados foi a divisão dos lotes da Fazenda Jatobá, visto que o INCRA elaborou seu mapa numa perspectiva bastante ambientalista, em que a maioria das glebas individuais se apresentava “para as áreas íngremes, ou de solo rochoso, ou ainda para as áreas distantes dos recursos hídricos permanentes (córregos rios)”. Esse fato comprometia o acesso à água e aos solos férteis. Após tomarem conhecimento do fato, os camponeses se reuniram com a comissão do INCRA e chegaram ao consenso de que o mapa deveria ser refeito. Assim reuniram todos os técnicos do INCRA, líderes do MST e camponeses para realizá-la o trabalho de campo e de escritório.

A Fazenda Jatobá¹¹ apresentava uma área territorial de 8.243,5314 hectares que, após vistoria, foi corrigida, pois se constatou que sua área total era de apenas 8.146,0683 hectares. Assim, foi feita a distribuição da terra. 35% da área foram designadas para Reserva Legal e o restante distribuído em 162 glebas, nas quais foram assentadas 163 famílias, sendo que em um lote ficou para duas famílias.

Conforme Morena (2011), os lotes do Assentamento Padre Josimo I e II foram divididos de acordo com a qualidade do solo, portanto existem lotes de cinco alqueires, doze. O dela é de sete.

Em relação ao título da terra, Morena (2011) explicou que, no momento, eles receberam um termo de concessão e uso da terra, que o título definitivo só receberá quando terminarem de pagar, aproximadamente, daqui a uns sete anos. Morena diz que faz cinco anos que estão assentados. De acordo Morena (2011) os valores das propriedades variam de acordo com a localização, a área, classificação da terra, cuja avaliação fora realizada pelo INCRA.

Até que enfim, o sonho dos camponeses do assentamento Padre Josimo I e II foram concretizados, mas a luta continua para sua sobrevivência no assentamento, visto que agora enfrentam outros problemas, como: falta de capacitação para lidar com a terra, falta de recursos, falta de produtividade devido à acidez do solo, enfim, a falta de assistência dos órgãos

¹¹ O acesso a fazenda Jatobá é feito por Nova Rosalândia, no sentido oeste, para a cidade de Cristalândia, percorrendo-se 11 km pela TO 225, seguindo-o à esquerda, em uma estrada vicinal, a 10 km. Localiza-se a apenas 127,8 km da capital Palmas.

representativos do Governo, principalmente do INCRA para assegurar-lhes a produtividade e a permanência deles na terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise da estrutura fundiária no Brasil, percebe-se que a realidade que ora se exhibe de grande concentração de terras nas mãos de poucos é herança de um passado e, que todas as iniciativas planejadas para implantação da reforma agrária fizeram apenas com que a sociedade brasileira vivesse na expectativa de sua efetivação, de forma equitativa e igualitária.

Que a terra no Brasil passou ser utilizada pelos latifundiários para diferentes fins, objetivando o provimento de mais capital e o emprego em outros negócios e, conseqüentemente, o acúmulo de maior riqueza. Assim, na perspectiva capitalista, a terra tem um caráter “rentista” com fins especulativos, desta forma a estrutura do novo cenário agrário brasileiro, passa ser comandada pela exploração de forças hegemônicas, reflexo do modelo capitalista inserido na agricultura na década de 1950.

Ainda que, embora exista um grande percentual de terras devolutas nas mãos de grandes latifundiários, passíveis de serem desapropriadas, não há interesses de os políticos e de o governo de efetivarem a reforma agrária, diante do jogo de barganhas e favoritismo inseridos a longos tempos no cenário político brasileiro. Também, a política de apropriação da terra no Brasil, com fins especulativos, tornou-se bastante rentável, não sendo, portanto, conveniente e interessante para os políticos e muito menos para os latifundiários apoiarem a reforma agrária. De maneira que, várias foram as promessas dos Governos para implantar a reforma agrária, principalmente durante as campanhas eleitorais, mas, à medida que assumem o poder, é “impedida” em virtude das negociatas e barganhas em troca de favores pela propriedade privada da terra. Assim, podemos dizer que a questão agrária no Brasil sempre esteve correlacionada à propriedade de terra e aos usufrutos do poder político, não sendo diferente da atualidade.

Em relação ao outro lado da moeda, ou melhor, sobre às lutas do MST, verifica-se que os embates do movimento são necessários, visto a falta de vontade e interesse do Governo de implantar a reforma agrária e, no Brasil, pois só há assentamentos a partir de pressões.

Contudo, pode-se caracterizar a formação e o desenvolvimento do MST em diversas fases, sendo: a) concepção - período de 1979 a 1985, com as lutas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul; b) solidificação - período de 1985 a 1990, na região Sudeste, Nordeste chegando-se a Rondônia, região amazônica e Estado de Goiás e; c) por fim a de institucionalização do MST, que começou no início da década de 1990, na região amazônica, nos estados do Pará, Tocantins e em Mato Grosso.

De forma que, a estrutura organizacional do MST consolidou-se enquanto movimento social, a partir da reestruturação das antigas formas de atuação em novas formas, bem como na solidificação de suas ações e na amplitude dos trabalhos, que passaram a atender às dimensões sociais, econômicas políticas e ambientais. Assim, identifica-se que o ato de bravura vivido pelos camponeses, aliado à abertura política pós-regime militar, aos interesses pela conquista da terra e à busca por uma sociedade mais justa e igualitária, se fundamenta os princípios da luta do MST.

Em relação à atuação do MST no Tocantins, identifica-se que: a) o movimento atualmente está retomando a luta pela terra, cuja perspectiva está voltada para a posse de uma fazenda, passível de ser legalizada b) a ampliação do número de propriedades de grandes latifúndios fez com que todos os movimentos se mobilizassem, unissem e lutassem contra a contradição; c) os movimentos de luta pela terra, no Estado do Tocantins, se tornaram articulados e organizados para enfrentamentos, seja pelas vias legais ou pelas vias ilegítimas (invasões); d) os enfrentamentos travados pelos os movimentos sociais no Estado do Tocantins não só transcorrem pelas vias legais, mas também pelas ações agressivas, como, por exemplo, em algumas localidades na região do Bico do Papagaio e; e) o Movimento tem como base reconstruir sua própria identidade enquanto liderança na luta pela terra, tendo em vista a organização de suas ações por meio de suas comissões representativas.

Assim sendo, conclui-se que, ao analisar a conjuntura do MST nos últimos tempos, o movimento teve avanços e, ao mesmo tempo, retrocessos, bem como um esfriamento em termos de organização, visto que as ações são divergentes em termos de Estados.

Quanto às lutas dos sem-terra do acampamento Padre Josimo I e II, verifica-se que o acampamento que deu origem ao assentamento Padre Josimo I e II surge após várias reuniões realizadas entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e outras organizações sociais

existentes no Estado. Que o movimento foi beneficiado por estar em período eleitoral, uma vez que favoreceu a articulação e a organização do acampamento Padre Josimo I e II. Também, que vários camponeses viviam peregrinando pela cidade ou pelas fazendas dos latifundiários em busca de sustento para suas famílias, mas sempre argumentando o sonho de um dia voltar para o campo e conquistar um pedaço de terra e retornar às suas origens. Ainda, que os acampados viveram à margem direita da BR-153 (Belém-Brasília), entre Oliveira de Fátima e Nova Rosalândia por dois anos, de 2003 a 2005 e, que somente com a desapropriação da Fazenda Jatobá, as famílias acampadas à margem da BR-153 ergueram um novo acampamento dentro da fazenda e passaram a residir nele. Por fim, diante da chegada de um grande número de camponeses para integrar a área, foi necessário dividir o grupo para que todos tivessem acesso à água.

Um momento bastante desgastante registrado pelos acampados foi o da divisão dos lotes da Fazenda Jatobá, visto que o INCRA elaborou seu mapa, numa perspectiva bastante ambientalista, em glebas individuais que se apresentavam para as áreas íngremes ou de solo rochoso, ou ainda para as áreas distantes dos recursos hídricos permanentes (córregos rios) que comprometiam o acesso à água, assim dos solos férteis.

Quando os acampados tomaram conhecimento do fato os camponeses se reuniram com a comissão do INCRA e chegaram a um consenso de que o mapa deveria ser refeito. Assim reuniram todos os técnicos do INCRA, líderes do MST e camponeses para a realizarem o trabalho de campo e de escritório. Em relação a divisão dos lotes do Assentamento Padre Josimo I e II, estes foram divididos em lotes de cinco, sete e doze alqueires, conforme a qualidade do solo. Já em relação ao termo de concessão e uso da terra e o título definitivo, os assentados somente poderão receber quando terminarem de pagar, aproximadamente uns sete anos.

Sobre atuação do INCRA constatou-se que, durante o período de dois anos, deliberou ocupações provisórias de pequenas áreas para cultivos básicos, como arroz, feijão e milho, abóbora, mandioca, melancia, dentre outras atividades.

De acordo, os assentados, o INCRA, como órgão responsável pelas soluções dos problemas, acabam dificultando e provocando mais atritos, especialmente no período, denominado de carência e divisão parcelar, pois foi uma fase bastante desgastante, um tipo de prova de fogo desagradável. Esse período foi de grande sofrimento dos camponeses, que já estavam com os

nervos à flor da pele, passou a ser prolongado, visto que, aconteceram muitos desentendimentos e até conflitos entre camponeses e representantes do INCRA.

Embora o sonho dos camponeses do assentamento Padre Josimo I e II tenham sido concretizados, verificou-se que se faz necessária a assistência dos órgãos representativos do Governo, principalmente do INCRA para assegurar aos camponeses a produtividade, a viabilidade de sua permanência e a sobrevivência na terra.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Messias Vieira. *Assentamento Padre Josimo I e II: a posse definitiva da terra e novas realidades*. Trabalho de conclusão de Curso, em Geografia Bacharelado, Universidade Federal do Tocantins. Campus de Porto Nacional, 2009.

FERNANDES, B. M. *Brasil: 500 anos de luta pela terra*. São Paulo: 1993. Disponível em: <<http://www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html>>. Acesso em: 1 set. 2011.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agro 2006*: IBGE revela retrato do Brasil agrário. 30 set. 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1464&id_pagina=1>. Acesso em: 7 set. 2011.

MARTINS, C. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo, EDUSP, 2004.

OLIVEIRA, A. U. *A geografia das lutas no campo: conflitos e violência, movimentos sociais e resistência, os “sem-terra” e o neoliberalismo*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. *As geografias das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. *O Brasil, a reforma agrária e as terras devolutas*. Abr.1997. Disponível em: <[http://www.radioagencianp.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=%202225&Itemid=43%](http://www.radioagencianp.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=%202225&Itemid=43%20)>. Acesso em: 7 set. 2011

SANTOS, R. B. dos. *Alfabetização de jovens e adultos nos acampamentos e assentamentos do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) na Baixada Fluminense*. Niterói, 2003. Disponível em: <http://www.btdtd.ndc.uff.br/tde_arquivos/2/TDE-2004-03-02T14:13:00Z-7/Publico/Pt%201_capa,%20sumario%20e%20sigla%20.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2011.



Submissão: 03 de janeiro de 2020

Avaliações concluídas: 10 de fevereiro de 2020

Aprovação: 26 de maio de 2020

COMO CITAR ESTE ARTIGO?

SOARES, Dalva Mesquita; BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes; CARNEIRO, Vandervilson Alves. As lutas do MST e dos camponeses pela posse da terra nos assentamento Padre Josimo I e II no Estado do Tocantins. *Revista Temporis [Ação]* (Periódico acadêmico de História, Letras e Educação da Universidade Estadual de Goiás). Cidade de Goiás; Anápolis. v. 20, n.01, p. 1-25, e-200106, jan./jun., 2020. Disponível em:< <https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive> >. Acesso em: < inserir aqui a data em que você acessou o artigo >